

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

Atuação da Economia Não Observada no setor Econômico de Serviço no município de Mamanguape-PB: um estudo com base na Contabilidade Social

Área Temática: Terceiro Setor

Vanessa de Albuquerque Ferreira – albuquerquevanessa2001@gmail.com
Ms. Ana Cândida Ferreira Vieira - UFPB – acandidafv@yahoo.com.br
Prof^ª Ms. Daniela Cíntia de C. L. Menezes - UFPB – danielaccleite0808@gmail.com
Prof. Ms Josyckleber Meireles de Souza- UFPB - jocycklebermeireles@gmail.com

Resumo

A contabilidade social é uma área da ciência contábil que permite mensurar e avaliar os agregados macroeconômicos de uma região em um determinado período. A produção interna das atividades que integram a economia é registrada por meio da Contabilidade Social, no entanto, existem partes que não estão inseridas no sistema de contas, a essas atividades que não são declaradas em sua totalidade convencionou-se chamar de Economia Não Observada (ENO). O presente estudo busca mostrar a atuação da ENO no setor de serviços por meio das atividades informal, oculta e ilegal no município de Mamanguape-PB em 2022, uma vez que o setor de serviços é responsável pelo abastecimento de toda a região. A definição da técnica caracteriza-se como o estudo descritivo, documental e pesquisa de campo. Com base nos resultados da pesquisa, os comerciantes informais de Mamanguape possuem poucos conhecimentos de gestão empresarial e baixa organização produtiva, mas o exercício dessas atividades proporciona o sustento e suprimento de suas necessidades básicas. A análise dos resultados indica a atuação da ENO nas empresas como artifício de diminuição de pagamentos ao fisco, além de serem ocasionadas em razão da má gestão financeira. Em relação aos comerciantes informais, foi possível constatar que possuem poucos conhecimentos de gestão empresarial e baixa organização produtiva, mas o exercício dessas atividades proporciona o sustento e suprimento de suas necessidades básicas.

Palavras-Chave: Contabilidade Social. Economia Não Observada. Setor de Serviços.

1 Introdução

Toda empresa com inscrição formal tem a necessidade de uma contabilidade eficiente e eficaz, responsável pelos registros e demonstrações contábeis que auxilie os gestores no processo de tomada de decisão, apresente a situação contábil e financeira da entidade e garanta a manutenção empresarial.

Além do exercício da contabilidade nas empresas de um modo geral, é perceptível sua inserção e importância dentro do sistema econômico do país como um todo. Segundo os autores Vasconcellos e Garcia (1998, p.02) “Um sistema econômico pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade (...)”. Esse sistema econômico é dividido em três setores: primário, formado pela agropecuária; secundário, constituído pela indústria; e terciário, composto pela área de serviços.

F383a Ferreira, Vanessa de Albuquerque.

Atuação da economia não observada no setor econômico de serviço no município de Mamanguape-PB: um estudo com base na contabilidade social / Vanessa de Albuquerque Ferreira. - João Pessoa, 2022.

16 f. : il.

Orientação: Ana Cândida Ferreira Vieira.

TCC (Graduação) - UFPB/CCAEE.

1. Contabilidade Social. 2. Economia não observada.
3. Setor de Serviços. I. Vieira, Ana Cândida Ferreira.
II. Título.

UFPB/CCAEE

CDU 657

O setor de serviços assume papel importante na economia brasileira contemporânea, seguindo uma tendência histórica de crescimento da participação desse setor na geração de emprego (SILVA; FILHO; KOMATSU, 2016), situação que é refletida no município de Mamanguape-PB, onde o setor terciário ocupa posição de destaque na manutenção da economia local. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as atividades de serviços registradas caracterizam-se como o maior setor econômico do município, com destaque para o desempenho do PIB.

Através dos setores da economia são extraídos os registros dos agregados econômicos e elaborados por meio da contabilidade social que calcula os agregados da macroeconomia de um país com a mensuração da produção, renda, investimentos e demais dados de um país ou região. Ou seja, a macroeconomia caracteriza os agentes econômicos e acompanha as medidas agregadas enquanto a contabilidade social estrutura a mensuração das transações pelos modelos macroeconômicos (ROSSETTI, 1992).

Dessa forma, a contabilidade social apresenta as estatísticas econômicas oficiais que possibilitam a análise da produção econômica em um determinado período. A Produção Interna Bruta (PIB) de um país é um dos indicadores obtidos pela mensuração da Contabilidade Social, que congrega um dos principais agregados macroeconômicos do Sistema de Contas Nacionais (SCN).

O SCN é um indicador que demonstra o funcionamento da economia do país, possuindo como base a produção e o consumo de bens e serviços. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável pela elaboração e divulgação das contas nacionais. Nesse sentido, o SCN apresenta informações sobre a geração, distribuição e uso da renda de um país em um determinado período (IBGE, 2022).

No entanto, existem partes da produção econômica que não são possíveis de ser mensurada por esse processo dada a dificuldade de obtenção de suas informações, uma vez que essas atividades não são registradas pela contabilidade da empresa ou não são reconhecidas formalmente (VIEIRA, SILVA NETO; 2020). Desse modo, essas atividades não declaradas constituem a Economia Não Observada (ENO), que se divide em três tipos de produção: ilegal, que são as atividades que não seguem a legislação vigente; produção oculta ou subdeclarada, que podem ser atividades legais e não são registradas integralmente ou parcialmente; e informal, que corresponde as atividades que geram emprego e renda sem registro.

Com base no contexto, o artigo tem como questionamento: **Como a ENO no setor de serviços no município de Mamanguape-PB atuou no ano de 2022?** Como objetivo geral a pesquisa busca mostrar a atuação da Economia Não Observada no setor de serviços através da produção ilegal, informal, e oculta no município de Mamanguape-PB, em 2022, dado seu desempenho econômico e social.

Portanto, a pesquisa justifica-se pela importância dos dados obtidos da ENO em Mamanguape como fonte de divulgação para os gestores públicos no que diz respeito ao planejamento econômico, que possibilitará elaboração e execução de políticas públicas eficazes, para sanar os efeitos causados pela ENO no setor de serviço da região.

O estudo é de fundamental necessidade para informar aos acadêmicos e a sociedade a importância de um estudo de pesquisa direcionado para a contabilidade social com ponto específico na ENO, desenvolvido e executado em um município do estado da Paraíba, destacando os benefícios para a sociedade e a região como um todo.

Desta forma, o presente artigo aborda como estrutura a fundamentação teórica dividida em três partes: a primeira apresenta o conceito de contabilidade social, a segunda descreve a ENO e a terceira sobre o Sistema de Contas Nacionais e a dificuldade de registrar a ENO. Em seguida a metodologia com as etapas da pesquisa e em sequência a análise dos resultados. Por fim, as considerações finais.

2 Fundamentação Teórica

2.1. Contabilidade Social

A contabilidade social é uma área da ciência contábil que permite mensurar e avaliar os agregados macroeconômicos de uma região em um determinado período e vem, ao longo do tempo, expandindo suas técnicas e metodologias de registro, sendo propagada por John Maynard Keynes. De acordo com Feijó e Ramos (2017), houve diversas tentativas de mensurar a Renda Nacional antes de Keynes, no qual merece relevância nos anos de 1930, o trabalho de Simon Kuznets, nos Estados Unidos, porém foi Keynes que pela primeira vez propôs a construção de um sistema contábil.

Conforme Seabra (2014) todas essas mudanças acontecem a partir do final da Segunda Guerra Mundial quando a teoria Keynesiana, que postula uma maior intervenção do Estado na economia, sobretudo com o objetivo de reduzir a instabilidade da economia capitalista, e assim torna-se a principal influência sobre as políticas econômicas dos maiores países do mundo ocidental.

Dentre as variadas formas convencionadas de chamar a contabilidade social, a mais usual é expressar o movimento econômico de país em um determinado período de tempo, baseando-se nas principais questões: quanto se produziu, quanto se consumiu, quanto se investiu, quanto se vendeu para o exterior, quanto se comprou do exterior, sendo a contabilidade o melhor mecanismo para lidar com a vida econômica (PAULANI; BRAGA, 2012).

Isso demonstra que, por meio desse estudo, a contabilidade social tem como objetivo basilar a mensuração dos principais agregados macroeconômicos que permitem a avaliação da atividade econômica de um conjunto interligado de grandezas e variáveis e, dessa forma, as contas nacionais contabilizam o funcionamento da economia.

No entanto, ainda conforme Paulani e Braga (2012) a contabilidade social não se limita ao Sistema de Contas Nacionais, uma vez que vai além de registros da atividade econômica interna, interagindo com o balanço de pagamentos e as contas do sistema monetário e tem de servir para que apresente ao governo subsídios sobre o cenário macroeconômico do país, a fim de decidir o que for preciso para os planejamentos econômicos do país. Sendo assim, “dito de outra forma, sistemas de contabilidade nacional são sistemas de avaliações consistentes, padronizados e contínuos da atividade econômica” (FEIJÓ E RAMOS, 2017, p.2).

Seabra (2014) afirma que:

A Contabilidade Social não trata apenas dessa tarefa enorme que é contabilizar de modo sistemático e preciso tudo o que se produz em um país em um determinado período de tempo. Trata também de indicadores que se produzem a partir desses agregados macroeconômicos, como, por exemplo, indicadores de desenvolvimento, de distribuição de renda e de qualidade de vida e preservação do meio ambiente. A Contabilidade Social deve fornecer informações confiáveis sobre agregados macroeconômicos básicos, como o produto e renda de uma nação, e indicadores mais trabalhados como de concentração da renda. Dados para as decisões governamentais de quando, quanto e como intervir (SEABRA, 2014, p.12).

Portanto, a contabilidade social trata-se de um processo de divulgação dos impactos da atividade econômica das organizações que não se reduz a informação econômica e financeira. Sendo assim, para Vieira; Medonça, et. al. (2017) percebe-se que desde o princípio a contabilidade social tem por propósito mostrar cenários por meio de informações contábeis de

um modo mais amplo, de modo que apresentem, de uma maneira mais aproximada da real situação, o desenvolvimento das empresas, da sociedade e da nação em geral. A produção interna do grupo de atividades que integram a economia é registrada por meio da Contabilidade Social, no entanto, existem partes que não estão inseridas no sistema de contas, a essas atividades que não são declaradas em sua totalidade convencionou-se chamar de Economia Não Observada (ENO).

2.2. Economia Não Observada (ENO)

Conforme Hallak e Ramos (2013), às atividades produtivas realizadas pelas famílias informalmente ou para o uso próprio, atividades subdeclaradas pelos produtores, atividades ilegais e as estatisticamente subcobertas compõem a ENO. Um sistema estatístico nacional serve para assegurar que as atividades produtivas, observadas ou não, sejam contabilizadas e incluídas nos resultados das contas nacionais.

Embora não captada diretamente, a ENO é estimada pelo SCN, pois sua arquitetura possibilita o cálculo e o confronto de resultados pelas óticas da produção, da despesa e da renda, permitindo sua estimação. A ENO corresponde às atividades produtivas que não podem ser captadas diretamente pelo sistema regular de estatística, sendo em grande parte realizadas pelas famílias, informalmente ou para o próprio uso, ou deliberadamente subdeclaradas pelos produtores (Hallak, 2013, p.16).

Os autores supracitados explicam as categorias que potencialmente integram a ENO, entre as quais estão a produção do setor informal, a produção ilegal e a produção subdeclarada. A produção informal é caracterizada pelas pessoas que não constituem empresas registradas formalmente. Em relação a produção ilegal é constituída pelas atividades proibidas em lei e incluem também as atividades legais que quando realizadas não autorizados tornam-se ilegais. A produção subdeclarada ou oculta, por sua vez, corresponde às atividades não declaradas em totalidade ou parcial, não contendo, portanto, nos registros administrativos e contábeis a fim de evitar pagamentos de impostos e contribuições.

Sobre as causas da economia oculta TANZI (1993) aponta:

Numa economia de mercado em bom funcionamento, sem um setor público, não haveria atividades ocultas. O crescimento dessas atividades é incentivado pelas regulamentações da economia, pela pleora dos setores públicos e por níveis mais altos de tributação. Os fatores que estimulam as atividades ocultas podem ser classificados em quatro categorias: impostos, regulamentos, proibições, e corrupção burocrática, se bem que em muitos casos as atividades econômicas ocultas podem resultar de mais de um fator (TANZI, 1983, p.10).

As consequências da economia oculta podem ou não serem graves e está relacionado a questões de equidade, de políticas públicas macroeconômica com eficiência. O aspecto equidade tem importância na distribuição dos encargos fiscais e da renda. Consequência mais grave refere-se ao planejamento, pois uma economia oculta muito grande dificulta a variação correta das variáveis do planejamento, a taxa de crescimento do país pode ser subestimada caso a economia oculta aumente mais que a economia nacional. A taxa oficial de desemprego também pode sofrer deformações porque, se uma pessoa que trabalha na economia oculta é registrada como desempregada, logo o índice de desemprego demonstra ser maior do real e pode até levar aos governos a tomar decisões erradas (TANZI, 1983).

Tabela 1: Produção da Economia Não Observada

Tipo de produção	Características	Método de mensuração
Produção ilegal	Compreendem as atividades produtivas proibidas em lei ou atividades legais produzidas por agentes não autorizados.	Por meio de estimativas da produção utilizando indicadores quantitativos de usos de bens e serviços de declaração do informante de quanto recebe do serviço.
Produção oculta	Refere-se às atividades que não são declaradas totalmente ou são declaradas parcialmente às autoridades públicas para evitar o pagamento de tributos.	São utilizados métodos de confronto baseados na oferta e na demanda dos bens e serviços.
Produção informal	Atividades produzidas com baixo nível de organização produtiva, que não possui clara divisão entre trabalho e capital e nem entidade legalmente constituída.	Através das inscrições formais das unidades produtivas.

Fonte: Elaboração própria, baseado em João Hallak apud Feijó e Ramos (2013; p. 134- 135)

Portanto, as atividades ilegais são as que não seguem a legislação atual em alguma jurisdição específica ou a realização de algum serviço profissional sem o registro legal da profissão. A produção oculta pode ou não ser legal, de acordo com a legislação, e ocorrer em qualquer atividade econômica nos setores empresariais ou nas famílias. As atividades econômicas consideradas informais são aquelas que produzem bens e serviços com o objetivo primário de gerar emprego e renda.

2.3. Sistemas de Contas Nacionais e dificuldades de Registros da Economia Não Observada (ENO)

A cobertura de parte do Produto Interno Bruto (PIB) do País da ENO é realizada por meio de estimativas e não são contabilizadas pelo Sistema de Contas Nacionais em razão da falta de declaração total ou subdeclaração das atividades econômicas. De acordo com Hallak e Ramos (2014), é de fundamental importância para assegurar a qualidade das informações prestadas ao Sistema de Contas Nacionais a captação de forma completa da produção econômica do país, assim, cumpra a sua finalidade de representar a atividade produtiva quantitativa, caracterizando-se como um dos principais mecanismos de planejamento econômico, dessa forma, garantindo a cobertura completa das atividades econômicas realizadas, por causa da existência das dificuldades de contabilizar alguns tipos de atividades que não podem ser captadas diretamente pelo sistema regular de estatística.

Hallak (2013) afirma que, no caso do Brasil, em termos de renda, não se contabiliza em uma de suas principais referências estatísticas para estudos econômicos e, assim como nos demais países em desenvolvimento, as atividades produtivas familiares e informais exercem grande importância na geração de renda e geram importantes fontes de emprego. No entanto, em decorrência da incompleta cobertura, usualmente, seus resultados são inferiores aos que indicam algumas das projeções calculadas por modelos econométricos que não consideram o marco teórico do SCN, sendo ainda mais grave o equívoco sobre esta questão quando se infere que os cálculos das contas nacionais não incluem este tipo de produção.

O Sistema de Contas Nacionais reúne dados dos agregados macroeconômicos de forma ampla para a geração de informações sobre a economia de um país. A respeito disso Nunes (1998) afirma:

O Sistema de Contas Nacionais possibilita a integração dos dados estatísticos com os conceitos macroeconômicos, uma vez que compreende um conjunto de contas e

equações que retratam as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos. Possibilita também identificar lacunas nas informações estatísticas utilizadas na elaboração das contas nacionais (NUNES, 1998, p.33).

A análise sobre o desenvolvimento dos mecanismos de registro das Contas Nacionais Modernas está focada em acompanhar as transformações metodológicas inseridas pelas Nações Unidas que teve início com a edição do Sistema de Contas Nacionais em 1953 e vigora na contabilidade social a de 2008 (SCN, 2008). Porém, ainda de acordo com Nunes (1998), o acompanhamento das metodologias de Contas Nacionais não ocorre igualmente no âmbito do conhecimento da gênese do sistema. Em razão disso, a dificuldade em compreender a relevância no conhecimento histórico para a inserção de novas mudanças no sistema, uma vez que, o Sistema de Contas Nacionais que é inserido pelas Nações Unidas, torna-se um sistema adotado de maneira generalizada e padronizada internacionalmente.

3 Procedimentos metodológicos

A definição da técnica caracteriza-se como o estudo descritivo, documental e pesquisa de campo. Para Gil (1996, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. O levantamento documental teve como fonte primordial os materiais fornecidos e publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos nacionais.

O método de pesquisa de campo compõe o processo de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados referentes ao objeto de estudo diretamente do ambiente e realidade onde ocorre. Segundo Gonçalves (2001, p. 67), a pesquisa de campo pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. É preciso o pesquisador ir ao espaço em que ocorre o fenômeno para reunir um conjunto de informações, exigindo de si um encontro mais direto.

A pesquisa de campo pode ser caracterizada como do tipo quantitativo-descritiva cujo interesse é o conhecimento do objeto de estudo em dados quantitativos que possam ser mensuráveis, sendo possível ser usados desde testes estatísticos a avaliações subjetivas com escala quantitativa.

A aplicação do questionário abrangeu o total de 96 empreendimentos domiciliados no município de Mamanguape-PB no ano de 2022. Para mostrar a atuação da ENO no setor de serviços do município de Mamanguape, o questionário foi aplicado tanto as empresas devidamente registradas, como também as pessoas que executam atividades sem nenhum tipo de registro.

Portanto, a entrevista compreende desde os empresários locais até aos trabalhadores por conta própria, vendedores autônomos e prestadores de serviços independentes. Durante as captações das respostas nem todos os proprietários procurados foram solícitos a responder, dificultando a obtenção dos dados.

O formulário de questões é estruturado com 20 perguntas de maneira clara e precisa com interrogações objetivas e subjetivas para que os entrevistados possam explicar suas respostas. As perguntas foram elaboradas com base nas pesquisas do grupo de estudo de Contabilidade Social e Finanças envolvendo a temática da Universidade Federal da Paraíba UFPB/Campus IV, que são realizadas para obtenção de informações da ENO, fundamentada pela Contabilidade Social.

Com o recolhimento do material foi evidenciado a mensuração das questões conceituais e metodológicas que envolvem as atividades produtivas que compõem a Economia Não Observada do município, assimilando a complexidade e os detalhes das

informações obtidas. Esses dados foram categorizados numa primeira etapa de forma manual do que propriamente analítico. Para auxiliar nesse processo de organização foi utilizado um programa de planilhas eletrônicas. Após planificar o material coletado, sucedeu um aprofundamento analítico para a tabulação dos dados e obtenção do conhecimento quantitativo por meio de mecanismos e ferramentas da estatística descritiva para chegar aos resultados.

4 Apresentação e análise dos resultados

4.1. Breve histórico e contexto geral do município de Mamanguape

Situado no Estado da Paraíba na região do Litoral Norte e Zona da Mata, o município de Mamanguape possui uma área territorial de 337,434km² com população estimada em 45.385 pessoas e densidade demográfica de 124,23 hab/km² de acordo com o censo de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Localizada a 52,3 km da capital, a cidade de Mamanguape integrando a Região Metropolitana de João Pessoa representou uma importante valorização no contexto estadual. Além disso, o município possui grande relevância regional, pois é o polo de 9 municípios que compreende o Vale do Mamanguape, conforme instituído pela Lei Complementar nº 116, de 21 de janeiro de 2013.

Historicamente, a economia do município de Mamanguape alcança seu ápice no século XIX, tornando-se depois da capital paraibana a cidade mais rica da província e sua economia dependia quase exclusivamente da indústria da sacarose exportada. No entanto, a estagnação do setor açucareiro culminou na decadência da economia local. Aos poucos, sua economia tenta se reerguer com a instalação de unidades produtivas e crescimento da infraestrutura municipal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, 2021).

Atualmente, apesar do passado dominado pela industrialização da agricultura, comparando com os demais setores econômicos, o setor de serviços detém a maior contribuição para a economia de Mamanguape.

Conforme o Portal Brasileiro de Dados Abertos (2021), o valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído o consumo intermediário pelos diversos setores de uma Unidade Federativa. A estimativa do valor adicionado a preços correntes é obtida com base em informações sobre produção e preços dos principais produtos da atividade, utilizando-se a hipótese de que a relação entre o valor adicionado e o valor da produção é constante (IPEA, 1998).

Tabela 2: Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes de Mamanguape - Por atividade econômica

ANO	AGROPECUÁRIA (x1.000) R\$	INDÚSTRIA (x1.000) R\$	SERVIÇOS (x1.000) R\$	ADMINISTRAÇÃO (x1.000) R\$
2010	22.845,00	37.994,00	101.582,00	113.917,00
2011	30.167,00	46.812,00	109.047,00	121.679,00
2012	52.568,00	66.285,00	138.300,00	133.331,00
2013	47.217,00	44.529,00	138.215,00	151.182,00
2014	54.857,76	55.399,32	162.242,84	166.252,74
2015	41.645,85	97.430,90	181.864,65	171.777,50

2016	56.897,03	89.202,91	227.836,31	181.878,38
2017	41.179,94	100.068,60	233.267,74	192.419,30
2018	42.426,91	78.914,98	258.279,28	201.847,29
2019	34.601,36	78.432,01	297.805,21	208.732,24

Fonte: IBGE Cidades (2021)

Quanto aos setores econômicos, nota-se que o setor de serviços se apresenta como o maior gerador do valor adicionado na cidade desde 2015 e com crescimento em todos os anos. O setor de serviços possui grande relevância no contexto da economia municipal de Mamanguape, ocupando primeiro lugar no valor agregado e destacando-se como o gerador de renda na região, com uma participação expressiva também do setor público que ocupa a segunda posição em contribuição ao valor agregado.

4.2. Setor de serviços de Mamanguape: atuação da Economia Não Observada

O montante da produção econômica de um município pode decompor-se em duas parcelas: a economia registrada que resulta da incorporação de informações a partir de fontes formalmente constituídas e a economia produzida sem registros legais devidos. Por isso, o estudo foi realizado com a metade da amostra formada por comércios formais e a outra metade com comércios informais, haja vista que existem diferenças na constituição dessas empresas, que, conseqüentemente, poderia levar a alterações irreais nos resultados pesquisados.

Tabela 3: Formalização/informalização dos empreendimentos

Durante a permanência no mercado, o empreendimento já mudou alguma vez de ramo?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Sim	48	50%
Não	48	50%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário – 2022

A partir dessa diferenciação, levando em consideração apenas os estabelecimentos legalizados conforme tabela 4, ao serem indagados se já funcionavam antes de serem registrados, 56,25% das empresas não funcionavam sem a adequada legalidade, entendendo-se que sempre estiveram dentro da formalização.

Após essa análise, ao serem questionados sobre o período de permanência no mercado antes da formalização, o mínimo de tempo obtido nas respostas foi de 3 meses, com destaque para 7 empresas que passaram entre 5 e 12 anos de ilegalidade. Percebe-se o alto nível das empresas que atuavam antes mesmo de possuir um CNPJ, revelando aspectos da produção oculta e informal no município.

Tabela 4: Informalidade antes do registro

Se sim, antes de registrar, esse empreendimento já funcionava informalmente?			
	Variável absoluta	Variável relativa	Desvio padrão
Sim	21	43,75%	4,24
Não	27	56,25%	
Total	48	100%	

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário – 2022

De acordo com o relatório de Sobrevivência das Empresas no Brasil (2016) publicado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o tempo médio de existência das empresas é dois anos de atividade no Brasil. A tabela 5 mostra o tempo de atuação dos estabelecimentos no mercado, sendo possível perceber que a maioria dessas empresas (45,8%) possui de 1 a 5 anos de atividade. Esse número torne-se representativo visto que, conforme tabela 4, 43,75% das empresas registradas afirmaram que já operavam suas atividades antes da formalização.

Tabela 5: Tempo de atuação

Há quanto tempo esse empreendimento está inserido no município de Mamanguape?		
	Variável absoluta	Variável relativa
De 1 a 5 anos	44	45,8%
De 6 a 10 anos	20	20,8%
De 11 a 20 anos	23	24%
Mais de 50 anos	-	-
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

A pesquisa procurou identificar as áreas de atuação das empresas e constatou que a cidade apresenta ramificações diversificadas com relação às atividades praticadas pelo setor terciário.

Na tabela 6 percebe-se que área de alimentos com 27,1% caracteriza-se como supermercados, restaurantes, lanchonetes, quiosques, confeitarias e padarias. A área da saúde com 6,2% corresponde às farmácias e clínica médica. O resultado de 5,2% da área de educação configuram as escolas e os reforços escolares de ensino fundamental. Na classificação de serviços se enquadram as atividades de salão de beleza e estética em geral, barbearias, costuras, escritório de contabilidade, assistência técnica de aparelhos tecnológicos, academia e serviços financeiros. As demais categorias somam 39,6% e incluem atividades de vestuário, calçados, produtos pessoais, utilidades do lar, material de construção, lava jato, oficinas automotivas e papelaria.

Tabela 6: Área de atuação

Qual a área praticada pelo empreendimento?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Saúde	6	6,2%
Alimentos	26	27,1%
Educação	5	5,2%
Serviços	21	21,9%
Outra	38	39,6%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

Com base nos resultados da pesquisa, a prestação de serviços compõe uma fração importante para a economia do município, mas evidencia-se o segmento de venda de mercadorias como predominante no setor, que engloba as atividades mais expressivas.

Quando questionados se durante o tempo de permanência no mercado já mudaram alguma vez de ramo, 25% das empresas formais e informais afirmaram que sim e parte significativa compreende os informais que apontaram a tentativa de aumento de vendas e consequentemente o crescimento do lucro. Outro ponto que chama a atenção é que um dos empresários alegou a mudança de ramo de atividade com o objetivo de diminuir a tributação.

Tabela 7: Mudança de ramo de atuação

Durante a permanência no mercado, o empreendimento já mudou alguma vez de ramo?
--

	Variável absoluta	Variável relativa
Sim	24	25%
Não	72	75%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado nos questionário – 2022

As empresas necessitam de suporte de um profissional da contabilidade que norteie o planejamento financeiro, tributário e gerencial, a fim de que auxilie os gestores no processo de tomada de decisão. No entanto, é notório em cidades menores, os empresários recorrerem à assessoria contábil para resolver apenas o processo de formalização fiscal e questões burocráticas.

Desse modo, como visto na tabela 8, 15,6% das empresas formais não possuía contabilidade desde o início das atividades, o mais agravante é que 6,2% dessas empresas ainda não possuíam nenhum tipo de consultoria contábil, o que pode configurar como atividade subdeclarada ou oculta, visto que não há o controle e registro dessas informações de cunho contábil.

Tabela 8: Assistência contábil

Desde o início das atividades, o empreendimento já possuía contabilidade?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Sim	27	28,1%
Não	15	15,6%
Ainda não possui	6	6,3%
Não possui, sou informal	48	50%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

A tabela 9 mostra o porte das empresas do setor de serviços de Mamanguape, ao serem questionados como os empresários/administradores classificavam, apenas 94 empresas responderam. Os Microempreendedores Individuais (MEI) aparecem como porte mais utilizado pelos empresários do município e corresponde a 24,5% das respostas da amostra. Esse porte representa um importante estímulo para a formalização dos trabalhadores, pois facilita o acesso à previdência, além disso, a importância para a economia já que sua contribuição permite equalizar as contas previdenciárias em razão da maior quantidade de contribuintes ativos.

Os resultados obtidos também mostram que 18,1% dos empreendimentos classificam-se como Microempresas (ME) e 4,3% consideram-se Empresas de Pequeno Porte (EPP). O porte que se enquadram como Média Empresa e Grande Empresa correspondem a apenas 1,1% para cada.

No que diz respeito aos informais, a pesquisa mostrou que 20,2% não têm registro formal, mas se consideram como MEI, inclusive grande parte demonstraram interesse em regulamentar suas atividades para que possam ter acesso à previdência. Por outro lado, 30,9% dos informais apenas responderam que não tem registro formal e sequer possuem conhecimento acerca do MEI e seus benefícios enquanto empresários.

Tabela 9: Porte do empreendimento

Como você classifica o porte de seu empreendimento?		
	Variável Absoluta	Variável relativa
Não tem registro formal	29	30,9%
Não tem registro formal, mas considero Microempreendedor Individual (MEI)	19	20,2%
Microempreendedor Individual (MEI)	23	24,5%
Microempresa (ME)	17	18,1%

Empresa de Pequeno Porte (EPP)	4	4,3%
Média Empresa	1	1,1%
Grande Empresa	1	1,1%
Total	94	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

Dando continuidade a análise do perfil das empresas, foi realizado questionamento sobre o faturamento do período anual e obteve-se 6 omissões de empresas que não quiseram informar alegando ser informações sigilosas da entidade. Além disso, foi possível observar que muitos empresários formais e pessoas que trabalham de forma autônoma sequer sabem diferenciar lucro e faturamento, alguns apresentaram dificuldades para responder a essa questão, demonstrando a falta de gestão financeira eficiente e eficaz nos empreendimentos.

Na tabela 10, das 90 respostas recolhidas, 46,7% responderam que faturam anualmente até R\$ 30.000,00 sendo constituídos em maioria por empresários informais, pela vivência, é possível notar que, em detrimento do cenário de pobreza e vulnerabilidade social, muitas pessoas recorrem ao desenvolvimento de atividades informais, por vezes de forma autônoma, para suprimento de suas necessidades básicas.

Considerando a adição dos estabelecimentos informais (onde todas as respostas obtidas apresentam o faturamento até, no máximo, de R\$ 81.000,00 anuais) e dos MEI's (cujo faturamento anual não pode ultrapassar R\$ 81.000,00) obtém-se a quantidade de empresas que deveriam estar categorizadas com Microempreendedores. Logo, pode-se constatar a presença de indícios da atividade subdeclarada.

De forma similar ocorrem com as microempresas, que não constituem o total das empresas que declararam faturamento acima de R\$ 81.000,00 até R\$ 360.000,00. Portanto, também é apresentado indícios da atividade subdeclarada por empresas de faturamento que deveriam estar categorizadas em portes diferentes ao que são submetidos.

Tabela 10: Faturamento anual

Qual o faturamento do empreendimento no final do período anual?		
	Variável Absoluta	Variável relativa
Até R\$ 30.000,00	42	46,7%
Acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 81.000,00	26	28,9%
Acima de R\$ 81.000,00 até R\$ 360.000,00	19	21,1%
Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00	3	3,3%
Acima de R\$ 4,8 milhões e abaixo ou igual a 300 milhões	-	-
Acima de 300 milhões	-	-
Total	90	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

Quanto ao regime tributário, como mostra a tabela 11, 34,4% das empresas se encaixa no Simples Nacional que abrange os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, caso atendam a todas as exigências desse regime tributário. No entanto, vale salientar que 12,5% dos empresários/administradores não sabem em qual regime de tributação a sua empresa está submetida.

Tabela 11: Regime tributário

Qual o regime tributário do empreendimento?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Não possui	48	50%

Não sei	12	12,5%
Lucro presumido	2	2,1%
Lucro real	1	1%
Simplex Nacional	33	34,4%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

No que tange a formalização de empregos, com a pesquisa foi possível constatar que 42,7% dos empresários e autônomos entrevistados já empregaram algum funcionário sem registro, que torna-se uma prática recorrente para evitar pagamentos das obrigações trabalhistas legais. Os empregos sem carteira assinada geram emprego e renda para muitas famílias, porém não traz nenhuma segurança ao trabalhador.

Tabela 12: Formalização de empregos

A empresa já empregou algum funcionário sem registro formal?			
	Variável absoluta	Variável relativa	Desvio padrão
Sim	41	42,7%	9,90
Não	55	57,3%	
Total	96	100%	

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário – 2022

Em seguida, ao serem questionados sobre o porquê de contratarem informalmente, muitas empresas justificam que precisam de mão de obra para atender a demanda, mas não tem condições de arcar com a formalização ou que realizam contratações temporárias para suprir as necessidades em períodos de alta temporada de vendas.

Tabela 13: Quantidade de funcionários

Essa empresa possui quantos funcionários?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Apenas o ambulante, nenhum funcionário informal	38	39,6%
De 1 a 3 funcionários informais	18	18,8%
Apenas o proprietário, nenhum funcionário formal	17	17,7%
De 1 a 3 funcionários	16	16,7%
De 4 a 8 funcionários	4	4,2%
De 9 a 15 funcionários	2	2,1%
Mais de 15 funcionários	1	1%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário – 2022

Em relação à quantidade de funcionários que os entrevistados empregam, conforme tabela 8, grandes partes dos autônomos responderam que não possuem nenhum funcionário informal, isso representa 39,6% dessa classe. Os demais afirmaram que empregam 1 a 3 funcionários informais. É notória também a contratação de funcionários fora da devida legalidade por parte de empresas legalizadas, retratando indícios da produção oculta na região.

Tabela 14: Remuneração dos funcionários

Qual a variação da remuneração dos funcionários?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Menos de R\$ 1.212,00	39	40,6%
De R\$ 1.213,00 a R\$ 1.818,00	53	55,2%
De R\$ 1.819,00 a R\$ 2.425,00	2	2,1%
De R\$ 2.426,00 a R\$ 3.032,00	2	2,1%
Mais de R\$ 3.032,00	-	-

Total	96	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

Ainda dentro do contexto de empregabilidade do município, ao serem questionados a respeito da variação da remuneração dos funcionários, 40,6% dos interrogados remuneraram os funcionários contratados com menos de R\$ 1.212,00 de acordo com a figura 4. Isso representa que uma parcela considerável dos empregados recebe menos que o salário mínimo estabelecido em dezembro de 2021.

4.3. Demanda do setor de serviços de Mamanguape

Nessa etapa será realizada a análise da conduta das empresas frente à demanda do setor de serviços do município para que seja possível encontrar indícios da produção não registrada por meio das transações de entradas e saídas de mercadorias. Inicialmente observando a composição dos clientes, temos os seguintes resultados:

Tabela 15: Regime tributário

Os clientes da empresa são formados por:		
	Variável absoluta	Variável relativa
Pessoa física	73	76%
Pessoa Jurídica	22	23%
Ambos	1	1%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário - 2022

A maior parte da demanda do setor terciário da presente pesquisa é constituída por pessoas físicas, responsável por 76% das vendas das empresas e autônomos e 22,9% formam os clientes compostos de pessoas físicas e jurídicas. O mínimo das empresas possui perfil de clientes formados apenas por pessoa jurídica.

As Notas Fiscais são documentos obrigatórios que possuem importância de cunho fiscal e tem como objetivo comprovar a legalidade das compras e vendas de uma empresa. Quando questionados sobre a solicitação das Notas Fiscais aos fornecedores, 68,8% dos proprietários afirmaram que solicitam e 31,2% costumam não solicitar.

Em relação ao fornecimento de notas fiscais, 74% dos comerciantes informaram que não fornecem notas fiscais aos seus clientes. Baseado nas respostas dos proprietários constatou-se que além dos comerciantes informais, algumas empresas regularizadas não registram de forma devida as entradas e saídas de mercadorias que podem ocasionar divergências no estoque. Apesar de ilegal, essa prática é adotada para que o fisco e o governo não identifiquem essas transações para fins de redução de pagamento de tributos.

Tabela 16: Solicitação e fornecimento de Notas Fiscais

A empresa ao efetuar compras, solicita nota fiscal aos fornecedores?			
	Variável absoluta	Variável relativa	Desvio Padrão
Sim	66	68,8%	25,46
Não	30	31,2%	
Total	96	100%	
A empresa ao efetuar compras, solicita nota fiscal aos fornecedores?			
	Variável absoluta	Variável relativa	Desvio Padrão
Sim	25	26%	32,53
Não	71	74%	
Total	96	100%	

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário – 2022

Por fim, foram realizados questionamentos a respeito dos pagamentos para as empresas e ambulantes obtendo as seguintes respostas:

Tabela 17: Formas de pagamento dos clientes

A empresa realiza vendas para pagamentos posteriores? (Fiado, caderneta, etc.)		
	Variável absoluta	Variável relativa
Sim	60	62,5%
Não	36	37,5%
Total	96	100%
Qual a forma de pagamento mais utilizada pelos clientes?		
	Variável absoluta	Variável relativa
Cartão de crédito	26	27,1%
Cartão de débito	7	7,3%
Dinheiro	30	31,3%
Pix	33	34,4%
Total	96	100%

Fonte: Elaboração própria baseado no questionário – 2022

Conforme tabela 17, a maior parte dos estabelecimentos comerciais realizam as vendas para pagamentos futuros, visto que essa é uma prática comum adotada em cidades pequenas. O grande problema é a falta de controle sobre essas vendas, tendo em vista a alegação de alguns comerciantes sobre a utilização de cadernetas como forma de registro, enquanto outras nem anotam. Além da falta de gerenciamento financeiro desses empreendimentos informais e formais, é evidenciado o impacto na contabilidade. Em relação à forma de pagamento mais utilizada entre os clientes, é possível verificar que o pix se mostra como a maneira preferível de pagamento, pois permite a transferência de maneira rápida e sem burocracia.

5 Considerações finais

A partir das respostas da pesquisa, verificam-se indícios do objeto de estudo através da descrição do perfil da empresa (com ou sem registro formal), distorções entre o porte e faturamento, geração de empregos dentro da informalidade, falta de solicitação/emissão em relação à documentação que comprova transações no ato da compra e venda, além de irregularidades nos registros dos fatos financeiros.

A análise dos resultados indica a atuação da ENO nas empresas como artifício de diminuição de pagamentos ao fisco, além de serem ocasionadas em razão da má gestão financeira. Em relação aos comerciantes informais, foi possível constatar que possuem poucos conhecimentos de gestão empresarial e baixa organização produtiva, mas o exercício dessas atividades proporciona o sustento e suprimento de suas necessidades básicas.

Dentro dessa conjuntura, a falta de declaração das transações financeiras impactam negativamente sobre as receitas públicas, bem como no âmbito de atuação dos governos ao nível das políticas econômicas e sociais, visto que os recursos públicos que servem para custear tanto a máquina estatal quanto os serviços públicos como saúde, educação e segurança, advêm, em grande parte, da tributação sobre as atividades formais contabilizadas.

Por se tratar de um município pequeno, os danos causados na economia são latentes, visto que tais empresas são as principais geradoras de riquezas e renda na região. Ademais, no que tange a formalização de empregos são observadas consequências negativas, pois, como dito anteriormente, estas entidades contribuem não só para a produção econômica como também para a mão de obra empregada.

Como visto, a produção da Economia Não Observada corresponde às atividades que não são contabilizadas nos registros formais do sistema econômico, mas devem ser

consideradas na estimação do produto. Compreender a ENO representa examinar a influência do setor econômico na construção financeira e social e desenvolvimento da cidade, uma vez que a movimentação de atividades sem registros legais pode gerar uma grande cadeia prejudicial que causa efeitos nocivos à contabilização da economia local e a sociedade da região. Logo, conhecer o cenário da produção que não é captada pelos registros estatísticos formais é fundamental para entender a dinâmica econômica geral.

No que diz respeito às atividades sem registros no município de Mamanguape, existem muitas dificuldades em encontrar dados devido a contabilidade social do Brasil não apresentar informações específicas para o município pelo IBGE e outros órgãos nacionais. Por se tratar de uma Economia Não Observada também há pouco acervo bibliográfico e disponibilidade de informações em órgãos responsáveis como a Prefeitura Municipal de Mamanguape.

Dada a complexidade do assunto, existem poucos trabalhos acadêmicos disponibilizados, por isso também se destaca a necessidade da divulgação científica como um passo para ajudar a trazer ao conhecimento público o debate e compreensão que contribua para a formação de uma geração capaz de consolidar um debate acerca da ENO.

Referências

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luís Olinto[org.] **Contabilidade Social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

HALLAK, Neto. **A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Tese-doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

HALLAK NETO, J.; RAMOS, R.O. **A economia não observada no Brasil: Um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais**. Revista de Economia Contemporânea (2014) 18(1): p. 31-5.

IBGE. **Mamanguape (PB) Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/mamanguape.html>. Acesso em 15 de Setembro de 2022.

IBGE. **Paraíba/Mamanguape/Panorâma**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/panorama>. Acesso em 22 de Setembro de 2022.

IPEA. **PIB por Unidade da Federação: Valores Correntes e Constantes - 1985/96**. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2488/1/td_0610.pdf. Acessado em 20 de Julho de 2021.

NUNES, Eduardo Pereira. **Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil**. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007

PBDA, **Produto Interno Bruto Corrente a preços de mercado**. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/24115-produto-interno-bruto-corrente-a-precos-de-mercado-ref-2010-para>. Acesso em 17 de Agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. **História**. Disponível em <https://www.mamanguape.pb.gov.br/historia/>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1992.

SEABRA, Fernando. **Contabilidade Social**. 4.impri. - Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2014.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil** – Relatório. Outubro/2016.

SILVA, Camila Monaro; FILHO, Naercio Menezes; KOMATSU, Bruno. **Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira**. Centro de Políticas Públicas – Insper. São Paulo. Agosto/2016.

TANZI, Vito. **A economia oculta - causas e consequências desse fenômeno mundial. Finanças e Desenvolvimento**. Dezembro, 1983.

VASCONSELOS, Marcos Antonio Sandoval de; GARCIA, Manoel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo, Saraiva, 1998.

VIEIRA, Ana Cândida Ferreira; SILVA NETO, Euclides Leite da . **Evidência da Atividade Oculta na Atividade Produtiva das Indústrias de Rio Tinto/PB, 2019: Um estudo baseado na Contabilidade Social**. Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais da Paraíba - CONCICAT. João Pessoa - PB, 27 a 29 de agosto de 2020.